

Associação Indígena *Amjip Tàr Kaxuwa Parkatêjê*
Fundação Nacional do Índio

ANTE-PROJETO

PROGRAMA DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA
COMUNIDADE INDÍGENA PARKATÊJÊ
TI MÃE MARIA (PA)

IARA FERRAZ
Consultora
jan/1996

INDICE

	pág.
1. Introdução	2
2. Breve Histórico	2
2.1 Extrativismo	3
2.2 Agricultura de subsistência	5
2.3 Pecuária	6
3. Indicadores da situação atual	7
4. Objetivos do programa	9
4.1 Objetivos gerais	9
4.2 Objetivos específicos	10
4.2.1 Fomento ao extrativismo	10
4.2.2 Apoio à agropecuária	11
5. Justificativa	12
6. Descrição das atividades do programa	14
6.1 Estudos preliminares	14
6.1.1 Inventário agro-florestal	14
6.1.2 Estudos de viabilidade	15
6.2 Fomento ao extrativismo	15
6.3 Apoio à agropecuária	16
6.4 Fundo para capacitação técnica	18
6.5 Consultorias técnicas especializadas	19
6.6 Calendário parkatêjê	19
7. Gestão administrativo-financeira	19
8. Acompanhamento técnico e metodologia de avaliação	20
9. Estimativa de custos	21
10. Resumo da estimativa de custos	25
11. Despesas previstas para 1996	25
12. Referências bibliográficas	26

ANEXOS

I - População Comunidade Parkatêjê

II - Calendário Parkatêjê

III - Inventário do rebanho atual e Croquis da Fazenda Akrôiarere

IV- TI Mãe Maria - mapa CEDI -1985 e Cópia foto satélite -1990

PROGRAMA DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA COMUNIDADE INDÍGENA PARKATÊJÊ / TI MÃE MARIA (PA)

1. Introdução

O ante-projeto aqui apresentado originou-se das discussões havidas no decorrer dos últimos anos junto aos *Parkatêjê* da Terra Indígena Mãe Maria (município de Bom Jesus do Tocantins/ PA), com seus assessores e, durante 1995, com os representantes da ELETRONORTE e da FUNAI, tendo em vista a elaboração de um programa de apoio as suas atividades econômicas, com critérios de sustentabilidade.

Estas discussões, por sua vez, integram o diálogo oficial relativo aos programas especiais de assistência a comunidades indígenas que permanecem sob o impacto da construção de obras governamentais que afetaram seus territórios. No caso, as linhas de transmissão de alta tensão (dois circuitos de 500 kv), subsidiárias da UHE Tucuruí que, em 1980 e 1988, atravessaram em toda a extensão (22 km) a Terra Indígena Mãe Maria (TIMM), paralelamente à rodovia PA-332 (antiga PA-70, construída em 1968).

Este programa resultou da reelaboração das propostas - *Fomento ao extrativismo e Apoio à agropecuária* - formuladas pela ADR Marabá e encaminhadas à Coordenação Geral de Projetos Especiais (FUNAI) em outubro de 1995. O ante-projeto que trata do seu redimensionamento compõe-se de estudos preliminares - inventário agro-florestal e estudo de viabilidade - e da realização das atividades, considerando-se o fato de que já estão em curso na comunidade *parkatêjê*,

Na formulação deste ante-projeto, contamos com a colaboração de Carlos de Araújo Loureiro Jr, da ADR/FUNAI em Marabá, Olivier Topall, do Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT/Marabá), Mariano Mampieri e Leonardo R. Carneiro da Cunha.

2. Breve histórico

Até meados da década de 80, chegou a ser um procedimento administrativo usual indenizar as comunidades indígenas pela construção de obras governamentais de

grande impacto em seus territórios (rodovias, hidrelétricas, ferrovias, etc.), mediante o pagamento em dinheiro de uma soma negociada entre as partes. Este procedimento havia sido "inaugurado" exatamente pelos *Parkatêjê* de Mãe Maria em 1980, após anos de discussões com a ELETRONORTE.

A partir de 1987, muitas indenizações passaram a ser convertidas em **programas de ação a longo prazo**, com uma relativa participação das comunidades na sua discussão, procurando reverter a situação vivenciada por essas sociedades, em geral sensivelmente agravada pelas consequências das obras em seus territórios (desmatamentos, inundações, invasões por posseiros, grileiros, etc.).

No caso dos *Parkatêjê*, a passagem das linhas de transmissão havia sido indenizada pela modalidade antiga, ou seja, em dinheiro e alguns bens ou serviços requisitados. No entanto, o **esgotamento dos recursos** e, principalmente, a **permanência dos impactos** trazem a necessidade de rever os acordos indenizatórios, numa perspectiva de **permanente redimensionamento destas relações**.

É neste contexto que, desde 1993, a comunidade *parkatêjê* vem retomando as negociações com a ELETRONORTE, em vista do estabelecimento de um programa especial de apoio a longo prazo composto, inicialmente, por projetos específicos de natureza econômica, voltados para o fomento ao extrativismo, à agricultura e à pecuária.

2.1 - Extrativismo

O **extrativismo**, ou seja, a coleta de recursos naturais, especialmente a castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K.), para fins de comercialização, já teve várias fases entre os *Parkatêjê*. Desde os primeiros tempos do contato (meados da década de 50), foram utilizados pelo SPI (e depois pela FUNAI) como mão-de-obra para extração da safra¹. Ao final dos anos 60, o então Posto Indígena Igarapé Mãe Maria, tido como um dos maiores castanhais administrados pela agência tutelar,

¹ Através de um projeto do Depto. Geral do Patrimônio Indígena, entre 1969 e 1979, a então delegacia regional da FUNAI (Belém) controlou a exploração e a comercialização da produção de castanha oriunda de 13 áreas indígenas das regiões do médio Tocantins e médio Xingu (cf. Ferraz, 1983)

chegava a produzir 7.000 hectolitros de castanha nas grandes safras (em geral, a cada dois anos).

Em 1976, a experiência dos *Parkatêjê* de comercializar a sua produção de castanha diretamente aos exportadores em Belém durou três anos consecutivos². A venda da safra de castanha era suficiente para suprir as necessidades da comunidade, então com uma população de 100 indivíduos, em duas aldeias, formadas por "turmas", consideradas pela FUNAI "remanescentes" de grupos locais distintos, reunidos em Mãe Maria, a gleba de 62.000 hectares que lhes fora concedida por decreto estadual em 1943³.

Ao final da década de 70, o desmatamento de uma faixa (150 m por 22 km) ao longo da rodovia PA-70 para a construção, pela ELETRONORTE, da linha de transmissão destruiu, no interior da TIMM, grande parte dos castanhais da comunidade e seus roçados, obrigando a reconstrução da aldeia com os recursos pagos como indenização por "perdas e danos".

O processo acelerado de transformações econômicas e sociais que se verificou no sudeste do Pará a partir da década de 70, com a invasão da pecuária extensiva, trouxe os desmatamentos e as queimadas de grandes proporções, transformando castanhais em pastagens; seguiu-se a instalação de centenas de madeiras e serrarias em toda a região. A pressão para a obtenção de carvão vegetal, face à demanda da indústria siderúrgica que se instalou com Carajás (desde 1985), provocou a derrubada de castanheiras, apesar da proibição legal. Por fim, as pressões do fluxo migratório dos "sem terra" resultou na ocupação de castanhais⁴.

² Como parte da política indigenista oficial de meados dos anos 70, projetos de desenvolvimento comunitário", coordenados por antropólogos contratados pela FUNAI viriam a substituir, em algumas áreas, os então projetos estritamente econômicos do DGPI.

³ A "turma do Trinta" (aldeia no km 30 da rodovia) vinda do rio Praia Alta (Itupiranga) em 1966; "Maranhão", transferidos em 1966 das proximidades de Imperatriz (MA), dadas as fortes pressões de grileiros e a "turma da Montanha", desalojada entre 1970 e 1985 da área do PI Gavião, seu território em frente a Tucuruí, para a construção da barragem (cf. Arnaud, 1975; Ferraz 1991).

⁴ Cf. Barreto, LASAT, 1993.

Os *Parkatêjê*, por sua vez, chamam a atenção para o afugentamento dos besouros polinizadores das castanheiras que, como consequência dos desmatamentos na região, apresenta-se como um dos fatores que levaram à sensível diminuição da produção de castanha.

Quando a Estrada de Ferro Carajás (CVRD) atravessou, em 1982, toda a extensão (19 km) do sul da TIMM cortando castanhais, inaugurou um processo conflitivo com as tentativas de ocupação daquela porção pelos chamados "posseiros"⁵. Por alguns anos, as ameaças à integridade do território impediram a comunidade *parkatêjê* de extrair a safra de castanha para fins comerciais; esta situação levou-os a promover, entre 1986 e 1989, através da ADR Marabá, o arrendamento dos castanhais aos agentes locais dos exportadores; esta prática, apesar de legalmente vetada, não se mostrou rentável e foi abandonada.

A "terra dos índios" (como é conhecida) tornou-se assim, desde o final da década de 70, a **única área de mata sub-tropical em toda a região** (v. cópia foto satélite anexa); os acessos aos seus castanhais, que só se davam pela rodovia e passaram a ocorrer também pelo leito da ferrovia de Carajás, favoreceram os roubos frequentes de castanha e de outros frutos comercializáveis, além da caça, restringindo a base da subsistência *parkatêjê*.

2.2 - Agricultura de subsistência

As práticas agrícolas constituem-se numa atividade econômica tradicional, ocupando lugar de destaque no calendário *parkatêjê*. Ao lado da subsistência, estão diretamente relacionadas à realização de ciclos cerimoniais de longa duração (*Hàk*, *Tep* e outras) que se estendem por toda a estação chuvosa, inaugurados pelo *põhytetet*, a "festa do milho novo".

⁵ Em 1980, mediante negociação com grandes proprietários e políticos locais, o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, que substituiu o INCRA até 1986 na região) instalou o "Loteamento Flecheiras" (2.500 ha com 49 lotes), em sua maior parte no interior da área indígena, junto ao limite sudoeste, tendo gerado um conflito que durou quase dez anos. No seu rastro, ficaram as sucessivas invasões no corredor formado ao longo da Estrada de Ferro Carajás, em geral estimuladas por políticos locais (que se intensificam em períodos pré-eleitorais).

Apesar de relativamente reduzidas se comparadas ao tamanho da população atual, as roças de subsistência - milho, arroz, mandioca, amendoim, bananas, abóbora, inhame, batatas, mamão - são cultivadas de acordo com a técnica tradicional de coivara e um sistema de rotatividade no uso de antigas "capoeiras", evitando derrubadas anuais. Estão localizadas nas proximidades da aldeia (a distâncias que variam de 01 a 5 km) e, atualmente, não ultrapassam 2,4 hectares, considerando as áreas cultivadas exclusivamente pelas mulheres (amendoim e tubérculos). Sua produção, no entanto, não chega a ser suficiente para abastecer a comunidade durante o ciclo anual, elevando o consumo de gêneros alimentícios industrializados.

2.3 - Pecuária

O início da pecuária leiteira em Mãe Maria ocorreu na primeira metade da década de 70, quando a comunidade recebeu cerca de 10 cabeças da raça Gir, como doação. Em 1983, quando as pastagens formadas sob as linhas de transmissão da ELN passaram a ser utilizadas, o rebanho era de 100 cabeças. Atualmente, de acordo com os dados disponíveis na ADR-Marabá, existem 250 cabeças de gado bovino entre leiteiro ("Girolanda", Simental) e de corte (Nelore - ver inventário, Anexo III).

Nestes anos, apesar de algumas experiências por integrantes da comunidade, o desconhecimento na lida com o gado foi sempre suprido pela contratação terceirizada (via convênio CVRD) de um vaqueiro, em geral um regional indicado pela comunidade (e arrematado através da ADR Marabá).

O trato veterinário profilático do rebanho (visitas anuais, vacinas) vem sendo regularmente observado; houve épocas de consumo de leite na aldeia (cerca de 50 litros diários, média de 1 litro/casa) e comercialização (outros 50 litros) com uma usina do distrito de Morada Nova (km 12 da rodovia). Estas atividades sofreram interrupções nos últimos anos devido à falta de pastagens e ausência de manejo adequado do rebanho (apartação de fêmeas, vacas paridas, bezerros desmamados, touros, etc.), o que se reflete atualmente na relativa baixa produtividade.

São abatidas para consumo na aldeia poucas reses por ano; mortes de reses por acidentes (pastos à beira da estrada) também ocorrem; algumas aquisições e

aquisição de eqüinos (cavalos e muares). O crescimento do rebanho, no entanto, não foi acompanhado de controle sistemático de movimentação financeira, seja pela comunidade, seja pela ADR Marabá.

3. Indicadores da situação atual

Tanto para a comunidade *parkatêjê* como por aqueles agentes governamentais ou não que vêm acompanhando o processo de transformações vivido pela comunidade, verifica-se que o quadro atual de problemas enfrentados decorre tanto da própria **intensificação de suas relações com os *kupẽ*** (não-índios), assim como das transformações aceleradas ocorridas no sudeste paraense, incluídas aqui todas as interferências deliberadamente havidas na terra indígena, ao lado da sua crescente vulnerabilidade às invasões.

O **acentuado crescimento populacional verificado entre os *Parkatêjê*** é um fator relevante neste processo (ver ANEXO I); considerados em extinção logo após o contato (*cf.* Da Matta, 1967; Arnaud, *op.cit.*), o crescimento demográfico nos últimos vinte anos foi em torno de 8,8% ao ano, acompanhado, por sua vez, de uma acentuada **redução territorial**, com a transferência dos grupos locais para o interior de Mãe Maria.

O **desequilíbrio demográfico** - ou seja, o número de homens superior ao de mulheres - permaneceu neste período e ocasionou arranjos no sistema de organização social, com os casamentos com integrantes de outras etnias, dada a proximidade cultural e geográfica (caso dos *Pykobjê*, também chamados "Gavião", de Amarante/MA) ou com *kupẽ*⁶. Atualmente, **331 indivíduos constituem a comunidade *parkatêjê*** (nov.1995 - ver ANEXO I).

Nas atividades coletivas ou internamente às categorias de idade (indivíduos mais velhos, maduros e jovens), a apropriação e redistribuição de recursos (e bens industrializados) ocorre, em geral, através da rede de relações de aliança, baseadas no parentesco. A dinâmica das relações entre as "turmas" distintas é responsável

⁶ Durante a década de 80, duas famílias *Mbyá* (Guarani), provenientes de Xambioá (TO), fixaram-se no interior da TIMM, onde formaram dois pequenos núcleos autônomos; esporadicamente, prestam serviços à comunidade *parkatêjê*; estes *Mbyá* aguardam uma decisão relativa à aquisição de terras próprias, de acordo com processo administrativo na Diretoria de Assuntos Fundiários (FUNAI/BSB).

pelos permanentes rearranjos, sobretudo de natureza política, de modo a não estimular a individualização, apesar das fortes pressões que a operação do sistema monetário exerce. É fundamentalmente a **troca** (bens, casamentos e informações) que rege as relações intragrupais, onde a acumulação é considerada **negativa**, de acordo com valores *parkatêjê* relacionados à riqueza.

É a partir desta ótica que as atividades de subsistência estão vinculadas à realização de ciclos cerimoniais de longa duração, prática característica dos grupos Jê-Timbira. A dinâmica da produção - descontinuada na sua distribuição temporal - determina a apropriação e a redistribuição de rendimentos eventualmente auferidos, em geral sob controle direto da chefia da comunidade, assessorada por um Conselho. Até 1994, a aquisição e distribuição de gêneros alimentícios e outros bens industrializados de primeira necessidade eram efetuadas de modo coletivo através da "cantina", uma prática institucionalizada na comunidade *parkatêjê* e gerida por seus integrantes (em geral, pelos jovens ou recém-casados) desde meados da década de 70. Como sustentáculo das atividades coletivas (tarefas na safra de castanha, nas roças de subsistência, nas caçadas), a "cantina" vinha abastecendo (via convênio CVRD) toda a comunidade com os gêneros industrializados necessários a sua reprodução. Nos últimos anos, no entanto, o crescimento populacional inusitado e o aumento do consumo levaram a distorções na operação deste sistema de distribuição, até a sua interrupção (considerada temporária), ocorrida em 1994. Um estado de descontentamento geral passou a ser indicativo da necessidade de mudanças e novos arranjos relativos à produção e circulação de bens industrializados.

Após alguns anos de interrupção da atividade extrativa para fins de comercialização, na última safra de castanha (1995), cerca de 1.000 hectolitros (60 ton.) foram vendidos pela comunidade em Marabá, aos agentes dos exportadores (da rede monopolista de Belém); uma pequena parte da produção foi comercializada, com êxito, através da Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (fundada em 1991).

A venda de **cupuaçu** (*Theobroma grandiflorum* - S.), durante a estação chuvosa e **açaí** (*Euterpe oleracea*), durante a seca, vem ocorrendo, em geral, de forma **individualizada** e sem qualquer beneficiamento (apesar da crescente demanda) no mercado local, ou seja, nas proximidades da aldeia, onde o **preço alcançado** é

baixo, se comparado com o mercado regional⁷. Recentemente, vem crescendo na comunidade o interesse em comercializar estes produtos com resultados mais satisfatórios, com a perspectiva, inclusive, do beneficiamento.

O modelo da pecuária extensiva observado nas redondezas vem estimulando o interesse de jovens recém-casados em aprender, com o vaqueiro contratado, as técnicas da lida com o rebanho. Esta iniciativa despertou para a comunidade, de um modo geral, a expectativa em relação à possibilidade de tornar rentáveis as atividades da "fazenda" (como chamam), situada no limite sudoeste da área, junto ao rio Flecheiras, com acesso pelo km 15 da rodovia. Esta área sobrepunha-se parcialmente ao loteamento do GETAT (v. nota 5) e esteve incorporada a um título de propriedade do fazendeiro vizinho, indenizado pela FUNAI na década de 80.

As estratégias do chefe *Krôhôkrenhum* - atualmente com cerca de 65 anos e por mais de três décadas à frente do grupo - vêm sendo no sentido de **manter um projeto para os *Parkatêjê* enquanto um povo**, com características culturais específicas que garantam a sua existência, face ao permanente desafio que lhes impõe a convivência com o mundo "civilizado". O nome da aldeia atual - *Kupêjipôkti*, "os que estão (lutando) no meio do *kupê*" - traduz a particularidade desse desafio.

Desde novembro de 1995, a constituição da *Associação Indígena Amjip Târ Kaxu^wna Parkatêjê* enquanto expressão jurídica da comunidade tem por finalidade regular as relações com os diferentes agentes da sociedade nacional, sobretudo quando envolvem programas de apoio, convênios e gestão de recursos financeiros.

4. Objetivos do programa

4.1 - Objetivos gerais

- Gestão dos recursos agroflorestais do território *parkatêjê* com critérios de sustentabilidade, visando a auto-suficiência em termos de estabilidade alimentar, assim como a obtenção de bens destinados a satisfazer necessidades voltadas para

⁷ Dada a ausência de registro sistemático, os dados referentes à produção de castanha ou de cupuaçu pela comunidade são praticamente inexistentes.

a sua reprodução, enquanto sociedade diferenciada. O aprimoramento das atividades de subsistência e daquelas voltadas para o mercado está vinculado à dinâmica da ocupação e utilização do território, com vistas também à manutenção da sua integridade.

- Promover, no interior da comunidade, a distribuição de rendimentos de modo não-desigual, enfatizando valores específicos da cultura *parkatêjê*. O modo de apropriação destes recursos apresenta um importante elemento de discussão entre os integrantes da comunidade.

- Fortalecer a comunidade, representada através da Associação, diante da complexidade e multiplicidade de relações com agentes diferenciados da sociedade nacional, visando assegurar a sua reprodução de maneira digna, numa região repleta de contradições como o sudeste do Pará.

4.2 Objetivos específicos

Redimensionar e aprimorar os conjuntos de atividades já existentes entre a comunidade *parkatêjê*, visando a sua auto-suficiência a médio prazo. Com esta finalidade - e como parte integrante do programa de apoio - será necessário realizar, em caráter preliminar, um inventário agro-florestal e estudos de viabilidade das atividades propostas (*Fomento ao extrativismo e Apoio à agropecuária*); a partir de sua análise e discussão com a comunidade, os projetos específicos serão dimensionados e detalhados.

4.2.1 - Fomento ao extrativismo

A coleta é uma atividade tradicionalmente realizada pelos *Parkatêjê* com vistas à subsistência; a redefinição da atividade extrativista e sua diversificação (castanha, cupuaçu, etc.) têm por objetivo a comercialização sistemática da produção de safras sazonais, possibilitando a obtenção de rendimentos para a comunidade.

- Melhorar a infra-estrutura atual na TIMM, que abriga uma extensa rede de pequenas estradas internas de acesso aos castanhais, áreas de caça e coleta. Esta infra-estrutura requer manutenção anual (limpeza, construção de pontes, etc.), constituindo-se nos trabalhos preparatórios das safras.

- Desenvolver, de modo sistemático, pesquisas destinadas a **identificar possíveis mercados para os produtos do agro-extrativismo, privilegiando o setor interno.**
- Desenvolver estudos específicos relativos aos **processos de beneficiamento** dos produtos do extrativismo, com tecnologias simples e apropriadas, visando agregar valor e, conseqüentemente, ampliar mercados. Promover o intercâmbio de informações com outras associações de pequenos produtores regionais.
- Apoiar financeiramente a atividade extrativista por um período que permita à comunidade (Associação) constituir um fundo de recursos próprio, destinado à realização das futuras safras, em condições de autonomia e sustentabilidade.

4.2.2 - Apoio à agropecuária

- Introduzir a pecuária de corte, visando obter rendimentos e tornar a atividade auto-sustentável a médio prazo, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, observando rigorosamente os cuidados ambientais.
- **Recuperar cerca de 200-250 hectares de pastagens**, atualmente cobertas por vegetação secundária ("juquirá"), localizadas no limite sudoeste (Fazenda *Akrôiarêre*), visando realocar os rebanhos bovino (dividido entre leiteiro e de corte) e equino, que se encontram sob a linha de transmissão de alta tensão.

A recuperação das pastagens, inicialmente mecanizada (com manutenção manual, pela comunidade) está estimada para ser completada em um período de cinco a seis anos, com expectativa de rentabilidade a partir do terceiro ano; as técnicas de manejo a serem utilizadas, com a subdivisão dos pastos e policultura de forrageiras, visam uma atividade pecuária **sem contínua ampliação de desmatamentos no interior da terra indígena, a longo prazo.**

- Realizar obras de infra-estrutura (reforma de curral, cercas, etc.) destinadas a melhorar o sistema de manejo e aumentar a produtividade do rebanho.
- **Constituir um fundo de recursos destinado à formação e capacitação de pessoal**, visando assegurar a gestão das atividades econômicas pelos integrantes da

comunidade *parkatêjê*, tanto do ponto de vista técnico quanto administrativo e financeiro.

5. Justificativa

Ao lado do **crescimento populacional acentuado** ocorrido nos últimos anos (conforme apontado), a **escassez de recursos alimentares** (caça, coleta e pesca) provocada pelos desmatamentos e invasões frequentes não correspondeu a um aumento de áreas cultivadas. Ao contrário, as atividades agrícolas dos *Parkatêjê* permanecem restritas à capacidade de trabalho dos homens maduros que, durante a estação seca, se dedicam ao preparo e plantio das roças.

Por outro lado, diante da escassez dos frutos silvestres e carnes de caça (roubados com frequência), que constituem a dieta básica e preferencial, o que vem se verificando é o aumento do consumo de gêneros alimentícios industrializados, em detrimento do estado de saúde geral da comunidade. O acesso à televisão (possibilitado pela extensão da rede de energia à aldeia) e todas as suas consequências, sobretudo em relação aos **hábitos de consumo** em geral, aliado à proximidade de centros urbanos como Marabá (situada a 40 km da aldeia), são alguns dos fatores que vêm intensificando e tornando mais complexas as relações dos *Parkatêjê* com o mundo *kupe*.

Desde 1982, programas de assistência (saúde/ educação/vigilância) vêm sendo desenvolvidos através de convênio com a Cia. Vale do Rio Doce, ligado à construção e operação da Estrada de Ferro Carajás que cortou a porção sul da TIMM, tornando-a vulnerável a frequentes invasões, conforme mencionado. Estes recursos, no entanto, vêm se mostrando insuficientes para atender todas as necessidades da comunidade, que se avolumam. Muitas de suas preocupações se traduzem, atualmente, na necessidade de **redimensionar as ações governamentais** de modo que venham, de fato, a contribuir positivamente para a sua sobrevivência digna, com uma relativa autonomia.

O sudeste paraense, por sua vez, tornou-se uma região onde os fenômenos da industrialização acelerada e da urbanização forçada colidem com os elevados

índices de concentração fundiária, destruição ambiental, antagonismos e carências sociais (cf. Almeida, 1994).

Este quadro evidenciou a necessidade de se promover **mudanças qualitativas nos programas de apoio à comunidade *parkatêjê***; mediante sua solicitação, a redefinição das chamadas *atividades produtivas*, com o apoio decisivo da ELETRONORTE, deve se dar de modo integrado, envolvendo diferentes atores - a comunidade, agentes governamentais e não-governamentais - que possibilitem um melhor desempenho destes programas, com resultados concretamente mais positivos para a comunidade, procurando um melhor aproveitamento de recursos e de esforços.

A partir dos casos recentes observados de câncer (com óbitos entre a população jovem), uma avaliação externa das ações de saúde desenvolvidas junto à comunidade *parkatêjê* (Koifman e outros, 1995) apontou para um quadro epidemiológico e imunológico considerado de risco. À exposição permanente dos integrantes da comunidade *parkatêjê* aos campos eletromagnéticos formados pela instalação dos circuitos de alta e baixa tensão junto à aldeia aliam-se fatores como os graus elevados de contaminação de parte da população por organoclorados, mudanças de hábitos alimentares (consumo de gêneros industrializados e medicamentos), ao lado de precárias condições sanitárias, sobretudo quanto à destinação do lixo e de águas servidas, na aldeia.

Evitar a utilização, sobretudo por jovens e crianças, das áreas das proximidades da rede (pescarias e banhos na ponte, na estrada, sobre o igarapé Mãe Maria), bem como remover o rebanho da comunidade⁸ que se encontra sob as redes de transmissão, foram recomendações enfatizadas na avaliação, a fim de reduzir a exposição aos campos eletromagnéticos. As roças mais recentes encontram-se também nas proximidades da rede e deverão ser realocadas, com o aproveitamento de outras "capoeiras" mais distantes das linhas de transmissão.

A comunidade requer um **monitoramento permanente do estado de risco** caracterizado, com ações integradas, baseadas na perspectiva da medicina

⁸ Por inúmeras vezes, esta recomendação fora feita anteriormente pelo médico assessor da comunidade, Dr. João Paulo Botelho Vieira Fo., da Escola Paulista de Medicina, que doou as primeiras reses.

preventiva e da saúde pública (sanitarismo) que, ao lado de um **programa de estabilidade alimentar e apoio à auto-suficiência econômica a médio prazo**, possibilitem a sua reprodução física e cultural em melhores condições do que as atuais.

Tanto as atividades voltadas para a agricultura de subsistência, quanto para o extrativismo e a agropecuária permitirão ainda **intensificar e ampliar efetivamente a ocupação territorial, enquanto estratégia de proteção e vigilância permanentes**, sobretudo nas áreas que se tornaram mais vulneráveis às invasões.

6. Descrição das atividades do programa.

6.1 - Estudos preliminares

O dimensionamento das atividades aqui propostas deverá ser avaliado logo após a realização de estudos preliminares - inventário agro-florestal e estudo de viabilidade - permitindo o detalhamento dos projetos específicos e a sua divisão em etapas. Independentemente da realização destes estudos, há atividades que a comunidade já desenvolve há anos (conforme mencionado) e que não devem ser interrompidas, a fim de não prejudicar o processo de redimensionamento de suas próprias necessidades.

6.1.1 - Inventário agro-florestal para produtos não-madeiráveis. O conhecimento do potencial de exploração não-predatória e as estimativas de produção extrativista voltadas para o mercado vão dimensionar os investimentos necessários, que serão detalhados anualmente.

Por intermédio do Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT), este inventário será realizado por três técnicos do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA/Manaus), durante o início da estação seca de 1996 (maio). Seu acompanhamento por integrantes da comunidade permitirá um cruzamento com os dados relacionados aos conhecimentos específicos dos *Parkatêjê* sobre o seu território. A identificação de potencialidades poderá ser complementada por levantamento via satélite, cujas imagens estão disponíveis na SUDAM, em Belém.

Os resultados deste inventário (cuja previsão para realização é de 15 dias) deverão estar disponíveis em dois meses.

6.1.2 - **Estudos de viabilidade** vão permitir avaliar as propostas apresentadas do ponto de vista da **rentabilidade esperada**, considerando as expectativas e as particularidades da comunidade *parkatêjê*. Estes estudos deverão ser realizados dentro de dois meses, observando também critérios voltados para a preservação ambiental do território, a satisfação das necessidades da comunidade e o seu fortalecimento, além da adequação de novas tecnologias às práticas tradicionais.

6.2 - *Fomento ao extrativismo*

6.2.1 - **Abertura de estrada no interior da área**, com 20 km de extensão, por 6 m de largura, para acesso do caminhão da comunidade aos castanhais e áreas de coleta. O detalhamento e as características desta estrada, a ser construída na estação seca, dependem da realização do inventário.

6.2.2 - **Os trabalhos preparatórios para a extração das safras** (castanha, cupuaçu, etc.) consistem na limpeza e recuperação de estradas, ramais, pontes, mata-burros e depósitos (paióis) no interior dos castanhais e devem ser realizados também na estação seca, pelos integrantes da comunidade (cujas despesas incluem alimentação, roupas, ferramentas, etc.).

6.2.3 - **Construção de um depósito para castanha** (90 m²) e de um depósito **para materiais** (60 m²), em madeira, com utilização de mão-de-obra regional contratada.

6.2.4 - **Recuperação de pastagens para muares**, animais comumente utilizados para o transporte da safra de castanha (desde a mata até os depósitos junto à estrada); estas pastagens estão localizadas nas "colocações" de castanha (concentração de castanheiras).

6.2.5 - **Aquisição de oito muares adultos** para transporte.
ente.

6.2.6 - **Realização de pesquisas anuais relativas a preços e condições de transporte**, visando buscar novos mercados consumidores, sobretudo no sul do

país, permitindo assim a comercialização da safra em condições mais favoráveis e de modo autônomo em relação à rede monopolista de exportadores regionais. Neste sentido, a Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COCAT), criada em Marabá em 1991, é uma das organizações locais que mantém contatos permanentes em âmbito nacional, exatamente com a finalidade de buscar novos mercados para os pequenos produtores regionais.

6.2.7 - **Contato com outras experiências bem sucedidas no campo do agro-extrativismo** (como as associações e cooperativas de pequenos produtores), permitindo aos *Parkatêjê* tomar conhecimento de tecnologias simples e apropriadas, a fim de dimensionar adequadamente as suas expectativas à realidade; assim, deverão ser realizadas pequenas viagens na região e ao Estado do Maranhão. A comercialização sistemática de alguns produtos permitirá à *Associação Parkatêjê* (recém-criada) promover um intercâmbio de informações, a níveis local, regional e nacional.

6.2.8 - A demanda crescente dos mercados regional e nacional (indústria alimentícia) pela polpa de frutos amazônicos (cupuaçu, bacuri, etc.) requer, dos produtores, a **incorporação de técnicas apropriáveis de beneficiamento** (e armazenamento, embalagem, etc.) Deverão ser realizadas **pesquisas** relativas a **melhorias tecnológicas no processo produtivo**; atualmente, todas as tarefas da extração da castanha são manuais e requerem intenso esforço físico, na estação das chuvas - coleta, quebra dos ouriços e retirada das castanhas, transporte (às costas), lavagem da castanha no depósito, carregamento das tropas de muares, armazenamento e embarque (caminhão).

6.3 - Apoio à agropecuária

6.3.1 - **Recuperação de 200-250 hectares de pastagens** situadas no limite sudoeste da área indígena (rio Flecheiras), no local denominado "Fazenda *Akrôiarêre*". Esta área, ocupada até meados da década de 80 por pastagens de um fazendeiro vizinho, apresenta vegetação secundária ("juquira") e sua remoção inicial (destocamento e gradagem) deverá ocorrer de forma combinada, ou seja, manual (pela comunidade) e mecanizada, utilizando aluguel de equipamento (trator) e mão-de-obra remunerada. **Cerca de 8 hectares deverão ser recuperados ainda em 1996** para o início da remoção do rebanho. A aquisição de duas moto-serras e outras ferramentas será necessária à execução destas tarefas,

assim como despesas com alimentação e vestuário para os integrantes da comunidade que vão executar os trabalhos.

6.3.2 - Sistema de manejo de pastagens.

Com a recuperação, esta área deverá abrigar o rebanho bovino da comunidade - dividido em leiteiro e de corte - formado atualmente por 250 cabeças (cf. inventário Anexo III), que se encontra em pastagens sob as linhas de transmissão de alta tensão (ELN), aos cuidados de um vaqueiro regional contratado. A **divisão das pastagens com piquetes** permitirá a rotação do rebanho e a lotação adequada das mangas, calculada em cerca de 400-500 kg peso vivo/hectare.

- O **plantio de espécies diversificadas de forrageiras** (Colonião, Brachiara brizantha /"brachiarão", Kikuyu e Andropogon) é indicado para diminuir o risco de ocorrência de pragas, tal como já vem se verificando no caso de monoculturas na região⁹. O plantio será feito manualmente para a obtenção de maior rendimento.

- **Construção de 4.000 m de cercas por ano**, com estacas e mourões em massaranduba (adquiridos no mercado regional) e arame liso. Está prevista para 1996 a construção de cercas numa área de 15 hectares (aprox.) situada nas proximidades da aldeia e destinada ao gado leiteiro¹⁰. Até que as pastagens da "fazenda" estejam recuperadas, a área junto à aldeia deverá receber 40-50 cabeças de gado leiteiro ainda em 1996¹¹.

- Piquetes, roçagem, consertos de cercas, reposição de estacas, limpeza de estradas internas, etc. são atividades a serem realizadas manualmente pelos integrantes da comunidade, compreendendo despesas anuais relativas à aquisição de gêneros alimentícios, vestuário, ferramentas, etc.

⁹ De acordo com os dados do CAT/Marabá, já estão se verificando casos de pragas nas pastagens de "brachiarão", largamente utilizada nas redondezas.

¹⁰ Em 1995, foram cercados ali 10 hectares (aprox.) e, em 1996, esta área deverá ser ampliada e ter as estacas substituídas, dada a madeira inadequada utilizada.

¹¹ Em breve, deverá ser corretamente avaliado se a proximidade desta área de pastagem em relação à aldeia (curral a cerca de 400 metros a noroeste), não trará consequências indesejáveis (moscas, mal cheiro, etc.), piorando ainda mais as condições de salubridade.

- **Reforma do curral**, com construção de tronco com brete e embarcadouro, assim como a **construção de cochos** cobertos (telhas). Deverão ser substituídos os materiais erroneamente utilizados para cobertura em equipamentos já existentes (telhas de amianto são, comprovadamente, cancerígenas).

6.3.3 - Para a **manutenção do rebanho** é necessária a aquisição de sal mineral (0,05 kg sal/cabeça/dia - considerando-se uma densidade de 250 reses = 183 sacos sal/ano), além do trato veterinário profilático (vacinas, medicamentos e honorários do veterinário).

- A **contratação do vaqueiro** (e encargos sociais) será mantida, através da Associação, até que a formação de vaqueiros na comunidade seja concluída. Neste período está prevista a ajuda de custo para dois aprendizes.

- A partir do terceiro ano deverão ser realizadas obras complementares necessárias à manutenção do rebanho, como a construção de uma **casa sede** (125 m²), com fornecimento de energia elétrica pela CELPA e perfuração de um **poço a céu aberto** (água potável), bem como a construção de **dois açudes** (para provisão de água nas mangas).

6.3.4 - Os atuais problemas de consanguinidade no rebanho requerem a **aquisição de reprodutores (Nelore)**, a partir do terceiro ano do projeto (quando já houver pastagens suficientes), para a obtenção de melhoria genética e produtiva (a proporção ideal entre reprodutores e matrizes é de 6:150).

6.3.5 - **Equipamentos. Aquisição de um veículo utilitário (D-20, cabine dupla)** para apoio às atividades agrícolas, extrativistas e à pecuária, incluindo manutenção (peças de reposição, mão-de-obra e combustíveis). No terceiro ano de atividades - quando se prevê o início da comercialização do gado de corte - será adquirida uma **balança** com capacidade para duas toneladas. Duas moto-serras e outras ferramentas já foram mencionadas no item 6.3.1.

6.4 - A criação de um **fundo de recursos** destinado à **formação e capacitação de pessoal** visa incentivar os integrantes da comunidade, sobretudo os jovens, a se prepararem para a gestão das atividades - extrativismo, agropecuária - do ponto de vista técnico e administrativo-financeiro. Os cursos de capacitação poderão ser

realizados em escolas técnicas da região e através de oficinas a serem ministradas na aldeia, mediante convênios com instituições de ensino e extensão.

6.5 - **Consultorias técnicas especializadas.** Dadas as características particulares destas atividades na comunidade *parkatêjê*, a sua realização requer acompanhamento técnico especializado nas áreas de agronomia, antropologia, zootecnia e finanças, estimando-se a necessidade de 50 horas técnicas por profissional/trimestre.

6.6 - As atividades aqui previstas deverão observar o calendário *parkatêjê* (v. ANEXO II), dividido em estação chuvosa (*aury kam*) e estação seca (*amkro kam*), em torno das quais giram todas as atividades cerimoniais e as demais. É durante a estação seca que se realiza o encerramento dos ciclos cerimoniais de longa duração junto a outros grupos Timbira (*Krahô/TO* e *Ramkokamekra-Canela/MA*) - como os *Parkatêjê* - a cujos convites para participação a comunidade vem atendendo, dada a importância cultural de recuperar rituais que vinham sendo abandonados.

7. Gestão administrativo - financeira

A reorganização das *atividades produtivas* (como vêm sendo chamadas) está ligada a uma nova tentativa de gerar rendimentos para a comunidade, tendo em vista a sua autonomia. Este não é um processo desconhecido dos *Parkatêjê*; tornar estas atividades sustentáveis e rentáveis constitui-se num processo de lidar com a necessidade de produzir bens destinados ao mercado para que, no retorno, sejam transformados serviços e mercadorias para todos¹².

Neste sentido, o redimensionamento da atividade pecuária apresenta muitas expectativas para a comunidade; enquanto inovação, ou seja, atividade introduzida pelo *kupe*, exatamente por isso está sujeita a riscos, além de permanentes mudanças e rearranjos; fracassos anteriores - como, por exemplo, as tentativas de cultivo de cacau, fruteiras e criação de peixes - são frequentemente lembradas pelos mais velhos, nas reuniões noturnas no pátio da aldeia.

¹² A preocupação de não reduzir a mera mercadoria também a própria força humana de trabalho está presente nas atuais discussões, na comunidade, acerca da remuneração "pelo trabalho" de seus integrantes.

Diante desta perspectiva, os aspectos contábil-financeiros e político-administrativos das atividades dos *Parkatêjê* adquirem um caráter coletivo (e formal) através da "*Associação Amjip Târ Kaxuwa Parkatêjê*", criada com esta finalidade. Os recursos destinados às atividades propostas serão administrados pelo Conselho da Associação, formado por representantes das "turmas" distintas (conforme o estatuto da Associação), através de repasses da ELETRONORTE, mediante convênio assistido pela FUNAI. A Associação contará com assessoria técnica especializada (ver adiante).

Os recursos provenientes do futuro convênio com a ELETRONORTE serão administrados **separadamente** em relação àqueles alocados pela CVRD (convênio 0333/90). Embora os objetivos gerais sejam comuns, as ações desenvolvidas no âmbito deste convênio (CVRD) permanecerão voltadas basicamente para a assistência à saúde, educação e vigilância do território.

8 - Acompanhamento técnico e metodologia de avaliação

A sustentabilidade e rentabilidade das atividades propostas vão depender tanto do empenho da comunidade em gerir seus próprios recursos de maneira satisfatória, para a sua reprodução em condições mais favoráveis, quanto da permanente **avaliação** face aos objetivos do projeto.

Prevalecem, entre os *Parkatêjê*, padrões de utilização e ocupação territoriais voltados principalmente para a floresta como fonte de recursos. Deste modo, torna-se necessário o acompanhamento e assessoria técnica permanentes (antropológica, agrônômica, zootécnica, administrativo-financeira, etc.), sobretudo às atividades que vêm sendo introduzidas, diante dos objetivos propostos.

Embora a pecuária já se desenvolva desde 1975, os cuidados ambientais necessários neste redimensionamento da atividade (agora também para corte) só poderão ser melhor avaliados após a realização do inventário agro-florestal da TIMM e dos estudos de viabilidade, a fim de evitar problemas futuros. Inúmeras avaliações da atividade pecuária extensiva na Amazônia oriental (Hecht, 1985, 1988; Mattos e Uhl, 1994, entre outros) enfatizam os problemas de degradação e irrecuperabilidade de solos, com os sucessivos desmatamentos e queimadas para a contínua expansão de pastagens.

Uma avaliação sistemática deverá ser realizada periodicamente (a cada dois anos), por uma equipe interdisciplinar independente, a fim de adequar as atividades aos objetivos propostos e ampliar as discussões sobre os acertos e desacertos ocorridos; dadas as especificidades, a metodologia de avaliação deverá ser estabelecida em conjunto com a comunidade e seus assessores.

9. Estimativa de custos

Os preços foram fornecidos, em sua quase totalidade, pela ADR Marabá.

O base tomada para cálculo foi de cinco anos. Só após a realização do estudo de viabilidade será possível prever a rentabilidade das atividades e a consequente absorção dos custos pela comunidade, período que será então considerado como de duração do programa de apoio.

9.1	ESTUDOS PRELIMINARES	Custo parcial R\$	Custo total R\$
9.1.1	Inventário agro-florestal - 03 bilhetes aéreos Manaus-Marabá- Manaus 3 X R\$ 690 - ajuda de custo 03 técnicos INPA 15 dias X 3 X R\$50/dia - acompanhamento integrantes comunidade (ref.9.2.2) X 05 pessoas	2.070 4.500 2.000	8.570
9.1.2	Estudo de viabilidade -consultoria 02 meses X R\$ 3.000/mês	6.000	6.000
	Sub-total		14.570
9.2.	FOMENTO AO EXTRATIVISMO		
9.2.1	Abertura de estrada - 20 km X 6 m - aluguel trator + mão-de-obra R\$ 1.500/km X 20 km	30.000	30.000
9.2.2	Limpeza ramais/estradas/recuperação pontes, mata-burros (Suprimento para execução dos trabalhos/ despesas calculadas p/30 pessoas) - Ferramentas (reposição bianual) machados R\$ 17/un. X 30 facões c/ bainha R\$ 4,50/un. X 30 foices R\$ 6/un. X 30 limas K&F R\$ 48/ cx.c/12 X 03 R\$ 969 X 03	510 135 180 144	2.907

	- Gêneros alimentícios (p/30 dias) arroz R\$ 38/sc X 05 feijão R\$ 65/sc X 03 farinha de mandioca R\$ 28/sc X 03 café R\$ 29/fd (05 kg) X 05 açúcar R\$ 17/fd (30 kg) X 02 sal R\$ 8/fd (30 kg) X 01 carne de sol R\$ 3/kg X 300 kg R\$ 1.556 X 3meses X 05 anos	190 195 84 145 34 8 900	23.340
	- Vestuário e material para acampamento calças compridas R\$ 30/un. X 30 camisas m/l R\$ 20/un. X 30 botinas couro R\$ 25/par X 30 pilhas gdes. R\$ 20/cx.24 X 30 lanternas R\$10 X 30 lonas e cordas R\$ 427 pratos esmaltados R\$ 2/un. X 30 talheres R\$ 2,60/jogo X 30 copos plásticos R\$ 0,50/un. X 30 colheres gdes. R\$ 3/un. X 04 conchas R\$ 3/un. X 03 caldeirão 24 l. R\$ 23/un. X 03 panela R\$ 10/un. X 03 R\$ 3.779 X 05 anos	900 600 750 600 300 427 60 78 15 12 9 69 30	17.187
9.2.3	Construção de depósitos (em madeira) - p/ castanha: 90 m2 X R\$ 120/m2 - p/ materiais: 60 m2 X R\$ 120/m2 - mão-de-obra R\$ 60/m2 X 150	10.800 7.200 9.000	27.000
9.2.4	Recuperação pastagens interior castanhais - limpeza, cerca e plantio de forrageiras R\$ 250/ha X 20ha (aprox.) X 05 anos	25.000	25.000
9.2.5	Aquisição de 08 muares adultos R\$ 700/un. X 08	5.600	5.600
9.2.6	Aquisição de arreios, cangalhas R\$ 425/un. X 08 sacaria R\$ 0,70/un. X 3.000	3.400 2.100	5.500
9.2.7	Transporte castanha (frete caminhão)	5.000	5.000
9.2.8	Viagens contatos outras experiências R\$ 2.000/ano X 03 anos	6.000	6.000
9.2.9	Pesquisa tecnológica - consultoria 03 meses X R\$ 3.000/mês	9.000	9.000
	Sub-total:		158.242

9.3	APOIO À AGROPECUÁRIA		
9.3.1	Recuperação de pastagens		
	- aluguel trator p/ limpeza e gradagem R\$ 250/ha X 222,64/ ha	55.560	
	- manual (comunidade, c/ fornecimento ferramentas, gên.alim., etc, ref. 9.2.2) R\$ 250/ha X 38,72 ha	9.680	
			65.340
9.3.2	Sistema de manejo de pastagens:		
	- Construção 4.000 m cerca/ ano arame liso: 20.000 m = R\$ 1.000 mourões: 50 un.= R\$ 1.000 (massar) estacas: 1600 un.= R\$ 4.800 (idem) mão-de-obra: R\$1.000/4 km R\$ 7.800 X 05 anos	39.000	
	- Plantio de forrageiras (04 espécies) sementes: 70sc/ano R\$ 50/un. R\$ 3.500 X 05 anos	17.500	
	- Plantadeiras manuais R\$ 18/un. X 20 X 05	1.800	
	- Manutenção pastagens (piquetes, consertos cercas, etc.) ref. 9.2.2. R\$ 2.900/ano X 05 anos	14.500	
	- Abertura estrada 05 km PA332 até sede - R\$ 150/km X 05 km	750	
	- Reforma curral / construção tronco c/embarc. - materiais / mão-de obra	5.000	
	- Construção sede 125 m2 materiais R\$ 20/m2 X 125	2.500	
	mão-de-obra R\$ 50/m2 X 125	6.250	
	- Perfuração de poço céu aberto - 30m R\$ 70/m X 30	2.100	
	- Construção 16 cochos cobertura telhas cerâmica - R\$ 400/un. (materiais) + R\$ 450/un. (mão-de-obra) - R\$ 850 X 16	13.600	
	- Construção de 02 açudes R\$ 1.500/un. (materiais + mão-de-obra)	3.000	106.000

9.3.3	Manutenção do rebanho - Aquisição sal mineral (0,05 kg/rês/dia) 183sc/ano X R\$ 10,80sc. (25 kg) X05 - Trato veterinário profilático: Vacinas, etc. (R\$8,41/rês/ano) R\$ 8,41 X 250 reses X 05 anos Honorários veterinário R\$ 150/dia X 12 dias/ano X 05 anos Contratação vaqueiro R\$ 300 + encargos sociais X 13 meses R\$ 6.000/ ano X 05 anos Ajuda de custo aprendizes vaqueiro R\$ 150 X 12 X 02 pessoas R\$ 3.600 / ano X 05 anos	9.882 10.512 9.000 30.000 18.000	77.394
9.3.4	Aquisição de reprodutores R\$ 900/un/ X 07	6.300	6.300
	Sub-total		255.034
9.4	EQUIPAMENTOS		
9.4.1	Aquisições: - veículo utilitário Chevrolet D-20 cabine dupla - balança bovina (cap. 2.000 kg) - bomba hidráulica - 02 moto-serras/ R\$ 800/un. * Valor fornecido pela CGPE/BSB.	*48.00 0 3.135 90 1.600	52.825
9.4.2	Manutenção veículos/ equipamentos X 05anos - Combustíveis e lubrificantes : gasolina - 650 l/ano X R\$ 0,454/ l. X 05 diesel - 8.000 l/ano X R\$ 0,368/ l.X 05 óleo 2 T - 33 l/ ano X R\$ 3/ l.X 05 óleo 40 - 37 l/ ano X R\$ 3/ l. X 05 - Peças reposição + mão-de-obra R\$ 2.500 / ano X 05	480 4.720 495 555 12.500	29.750
	Sub-total		82.575
9.5	FUNDO P/ FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO - R\$ 10.000 / ano X 05 anos	50.000	50.000

9.6	CONSULTORIAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS agronomia/zootecnia - 200 horas técnicas/ano; antropologia - idem; administração/finanças -idem - diárias: R\$ 70 X 25 X 3 X 05 - horas técnicas: R\$ 20 X 200 X 3 X05 - passagens aéreas/terrestres 04 viagens/ano/consultor	6.250 60.000 30.000	
	Sub-total		96.250
	SUB-TOTAL		656.671
9.7	RESERVA TÉCNICA (10%)		65.667
	SUB-TOTAL		722.338
9.8	DESPESAS ADMINISTRATIVAS (5%)		36.116
	TOTAL		758.454

10. Resumo da estimativa de custos

9.1	ESTUDOS PRELIMINARES	14.570
9.2	FOMENTO AO EXTRATIVISMO	158.242
9.3	APOIO À AGROPECUÁRIA	255.032
9.4	EQUIPAMENTOS / MANUTENÇÃO	82.575
9.5	FUNDO P/ CAPACITAÇÃO TÉCNICA	50.000
9.6	CONSULTORIAS TÉCN. ESPECIALIZ.	96.250
	Sub-total	656.671
9.7	RESERVA TÉCNICA (10%)	65.667
	Sub-total	722.338
9.8	DESPESAS ADMINISTRATIVAS (5%)	36.116
	TOTAL	758.454

11. Despesas previstas para 1996

ATIVIDADES	RS
- Estudos preliminares	14.570
- Recuperação 08 ha (aprox.) pastagens R\$ 250/ha mecanizada	2.000
- Construção cercas 15 ha (aprox.) 2.000 m	3.900
- Aquisição veículo utilitário	48.000
- Manutenção veículos	5.949
	sub-total
	74.419
reserva tecnica (10%) - imprevistos	7.441
	SUB-TOTAL
	81.860
- Despesas admistrativas (5%)	4.093
	TOTAL
	85.953

12. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de

1994 - **Carajás: A Guerra dos Mapas**, Belém, Falangola Editora.

ARNAUD, Expedito

1975 - **Os índios Gaviões de Oeste - pacificação e integração**, Publicações Avulsas do Museu Goeldi, n.28, Belém.

BARRETO, Sérvulo

1993 - "Avaliação econômica dos 3 testes de comercialização da castanha: 90, 92, 94", Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT), Doc.n.3, 1995, Marabá, novembro (mimeo).

FERRAZ, Iara

1983 - **Os Parkatêjê das matas do Tocantins: a epopéia de um líder Timbira**, dissertação de mestrado, FFLCH/USP (mimeo).

1991 (1993)- "Os *Parkatêjê* trinta anos depois", in Martins, José de S. (coord.), **O Massacre dos Inocentes - a criança sem infância no Brasil**, São Paulo, Hucitec, pp. 21-35.

HECHT, Suzanne B.

1985 - "Environment, development and politics: Capital accumulation and the livestock sector in eastern Amazonia", **World Development**, vol.13, n.16, pp.663-684.

HECHT, Suzanne., R. Norgaard e G.Possio

1988 - "The economics of cattle ranching in eastern Amazonia", **Interciencia**, vol.13, pp. 233-240.

KOIFMAN, Sergio (org.),

1995 (junho) "Incidência de câncer na comunidade **Parkatêjê**, Terra Indígena Mãe Maria, Bom Jesus do Tocantins, Pará", ENSP/FIOCRUZ (mimeo).

LARAIA, Roque de B. e R. da Matta

1967 (1979) - **Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins**, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

MATTOS, Marli M. and C. Uhl

1994 - "Economic and Ecological Perspectives on Ranching in the Eastern Amazon", **World Development**, vol. 22, n.2, pp. 145-158.

ANEXO III

Inventário do rebanho bovino existente na Fazenda Akrôiarêre Terra Indígena Mãe Maria - janeiro 1996

DISCRIMINAÇÃO	RAÇA*	QUANTIDADE	IDADE (anos)
Touros	1, 2, 3	04	2,7; 3; 5; 6
Vacas	4	82	3 a 7
Novilhas	5	68	2,6 a 3
Bezerros	5	47	0 a 2
Bezerras	5	44	0 a 2
Bois	5	05	3
total		250	

Fonte: ADR Marabá

- * 1 - Simental (leiteiro)
- 2 - Simental + Holandês (leiteiro)
- 3 - Nelore (corte)
- 4 - Girolandês (leiteiro)
- 5 - Girolandês + Simental (leiteiro)

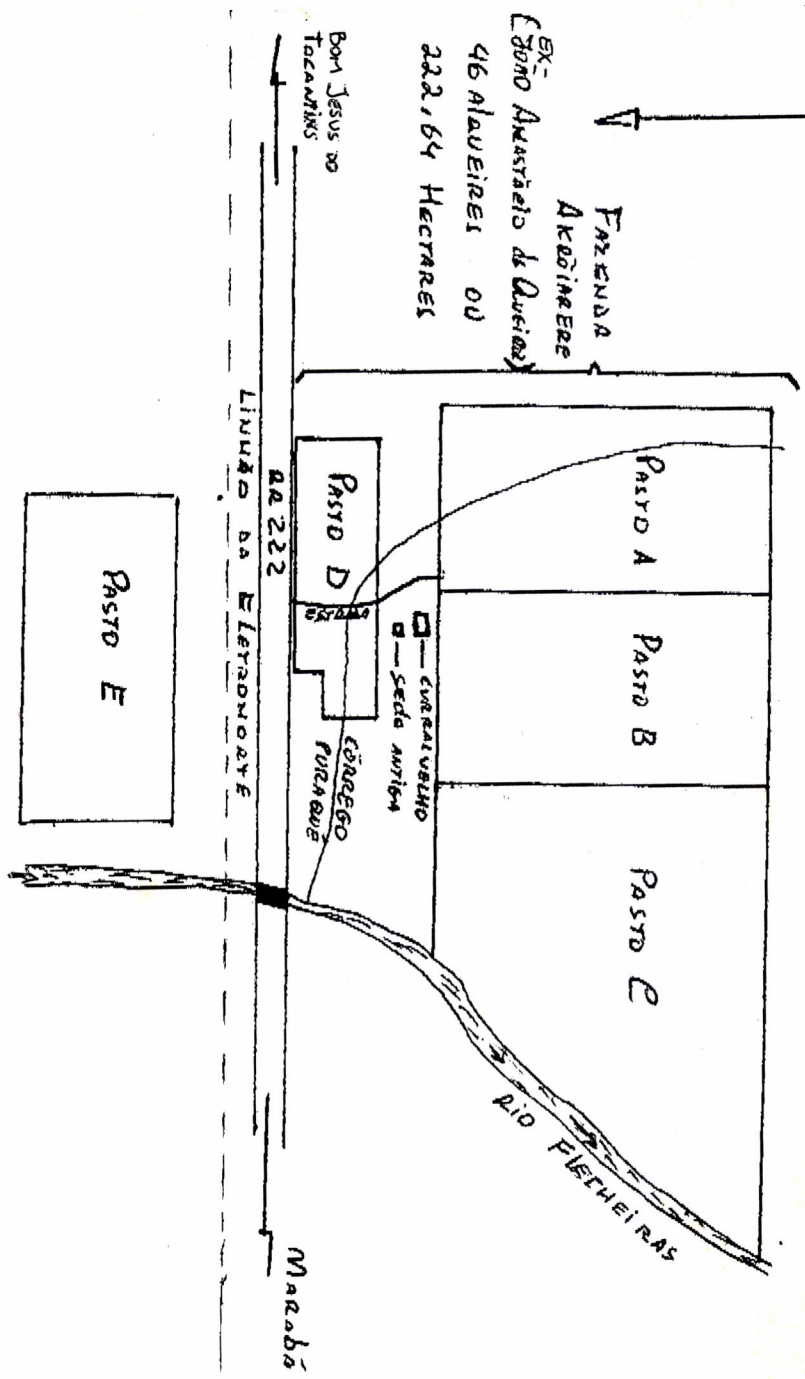
Obs.: Não existem descendentes de touros Nelore e Simental + Girolandês porque foram adquiridos recentemente.

ANEXO III (cont.)

Locais da Fazenda Acaõinzeiras - 1996

Área da Sede Nova (± 8 Alqueires ou 38,72 Ha)

o SE PASTO - ENCONTRA-SE NA JUQUEIA C/ BARRIO.



FONTE : ADR. MARABÁ - FUNAI
JAN. 96

PASTO A + B → 10 Alqueires ou 48,40 Ha

obs: Estes Pastos encontram-se em área ALTA.

PASTO C → 8,66 Alqueires ou 41,91 Ha

obs: Área ocupada por Candieira.

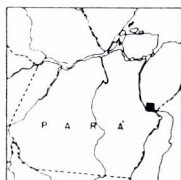
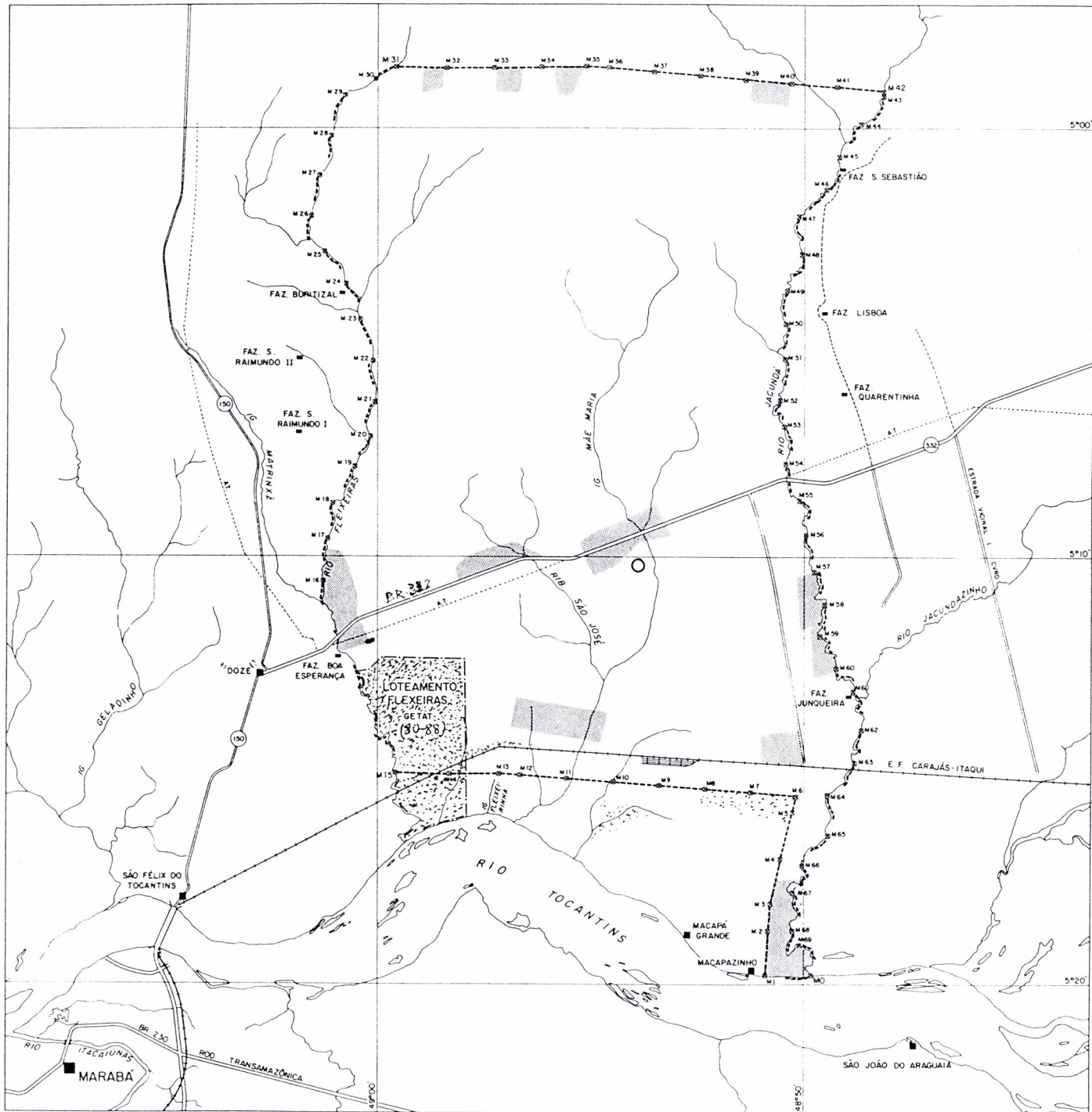
PASTO D → 2 Alqueires ou 9,68 Ha

obs: Encontram-se na Juqueia c/ Barrio

PASTO E → 8 Alqueires ou 38,72 Ha

obs: Este PASTO encontra-se na Juqueia Foi formado pelos peões índios A Paria de uma POCA.

RESERVA INDÍGENA MÃE MARIA



SINAIS CONVENCIONAIS

- | | | | |
|----------------------|---|---------------------------|---|
| ALDEIA | ○ | ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO | — |
| CIDADE OU VILA | ■ | PONTE | — |
| SEDE DE FAZENDA | ■ | LINHA DE ENERGIA ELÉTRICA | — |
| MARCO DE DIVISA | ■ | CURSO D'ÁGUA | — |
| LIMITE DA RESERVA | — | PASTOS (ÁREAS DESMATADAS) | ▨ |
| LIMITE DO LOTEAMENTO | — | | |
| ESTRADA DE FERRO | — | | |
| CAMINHO | — | | |

ESCALA GRAFICA

